



O desenvolvimento municipal desempenha um papel fundamental no desenvolvimento local, redução da pobreza em áreas urbanas e no reforço da democracia em Moçambique. Os primeiros municípios foram instituídos em Moçambique em 1998. Seguindo um processo gradual, o país tem agora 53 autarquias. Os municípios têm autonomia administrativa e financeira e são responsáveis pela promoção do desenvolvimento local. Em consequência da rápida urbanização, da crescente importância económica das cidades e da criação gradual de mais autarquias, a governação municipal assumiu um papel mais preponderante na agenda nacional.

O Governo de Moçambique aprovou uma Estratégia e Política Nacional de Descentralização que, contudo, ainda não é suportada por um plano de acção. A coordenação ao nível nacional para dar apoio ao desenvolvimento municipal continua, por isso, a ser fraca, e os municípios continuam a debater-se com desafios em:

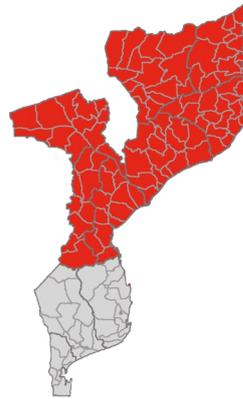
- Mobilização local de receita;
- Responsabilização social;
- Ordenamento urbano;
- Saneamento;
- Adaptação às alterações climáticas, entre outros.

Ao nível nacional, o Ministério da Administração Estatal e a Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico, devem fomentar a coordenação intersectorial e interministerial para reforçar o quadro de desenvolvimento municipal.

Por último, a Assembleia Nacional de Municípios deve facilitar a coordenação intermunicipal e reforçar o seu papel como representante e defensor dos interesses das autarquias junto do governo central.

Governação Local

Programa de Desenvolvimento Municipal PRODEM



Localização:

26 Municípios das regiões norte e centro.

Grupo-alvo:

Cidadãos de todos os estratos sociais, Administrações e Assembleias Municipais, Assembleia Nacional de Municípios, Ministério da Administração Estatal Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico.

Duração: Janeiro de 2015 – Dezembro de 2017

Fase: 3

Orçamento:

CHF 7.000.000 - USD 7.388.000 - MZM 267.500.000

Parceiros de implementação:

26 Municípios nas regiões centro e norte, Ministério da Administração Estatal, Associação Nacional de Municípios, e cidadãos engajados dos 26 Municípios.

Parceiros:

Embaixadas da Dinamarca, Suécia e Irlanda.

Responsible:

Nobre de Jesus Varela Canhanga

E-mail: nobre.canhanga@eda.admin.ch



Objectivos

Contribuir para a redução da pobreza urbana através de Governos Autárquicos mais sustentáveis, que melhorem as condições de vida e prestem melhores serviços às mulheres e homens mais vulneráveis.

Principais Actividades:

- Apoiar a elaboração e implementação de planos locais de adaptação às alterações climáticas; investir em infra-estruturas climaticamente resilientes em municípios vulneráveis e na gestão de resíduos sólidos.
- Desenvolver o Sistema Simplificado de Gestão Autárquica; introdução do orçamento participativo; criação de unidades de abastecimento, de unidades de controlo interno e de sistemas de cobrança do imposto predial.
- Apoiar a participação dos cidadãos e sistemas de planificação participativa.
- Criação de Fóruns Urbanos envolvendo outros doadores; coordenação com programas na área do desenvolvimento urbano/municipal.
- Facilitação de campanhas de defesa para os municípios para um quadro melhorado de desenvolvimento autárquico relativamente ao governo central / instituições nacionais.
- Desenvolvimento, compilação e partilha de boas práticas.
- Promoção de uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades familiares entre mulheres e homens.

Impacto

Nos Municípios: Melhor gestão urbana, resiliência climática reforçada e melhor prestação de serviços essenciais aos cidadãos; cidadãos consciencializados sobre os seus direitos e obrigações, e com capacidade para responsabilizarem os governos municipais.

Ao Nível Nacional: Quadro nacional melhorado para a promoção do desenvolvimento municipal.

Resultados Alcançados

- Maior capacidade institucional das autarquias para formularem, implementarem e monitorizarem a gestão do uso do solo urbano.
- Capacidade humana, institucional e técnica reforçada para uma gestão mais eficaz, eficiente e transparente das receitas e despesas municipais.
- Maior bem-estar dos munícipes devido à maior capacidade de saneamento por via da gestão dos resíduos sólidos, com técnicas e práticas sustentáveis.
- Melhor qualidade da procura por parte dos munícipes face aos serviços que podem contribuir para a melhor gestão do investimento, construção e manutenção de infra-estruturas municipais.
- Maior capacidade da Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico e da Assembleia Nacional de Municípios para apoiarem os municípios.

Resultados Esperados:

Nos Municípios:

- Gestão Financeira: Introdução do Sistema Simplificado de Gestão Municipal, instalação das unidades de aprovisionamento e de sistemas de cobrança de imposto predial.
- Responsabilização Social: Processos de planificação participativos, com os cidadãos cientes dos seus direitos e obrigações cívicas, e conselhos municipais transparentes e reactivos.
- Adaptação local às alterações climáticas: Planos implementados no municípios seleccionados.

Ao Nível Nacional:

- Melhor coordenação interinstitucional ao nível do governo central para apoio ao desenvolvimento municipal.
- Troca de informação sobre boas práticas, sobre experiências de administração municipal e sobre outros programas de apoio ao desenvolvimento municipal.

Beneficiários

As autoridades autárquicas e o Governo de Moçambique serão os beneficiários directos. Os beneficiários indirectos são os cidadãos que vivem nos 26 municípios.

Temas Transversais

Mais de 53% da população residente nos municípios são mulheres com nível de escolarização muito baixo. Por motivos culturais, acesso ao emprego e a serviços essenciais com qualidade, as mulheres desempenham principalmente actividades no sector terciário e na economia informal. A incidência de HIV/SIDA estagnou. Assim, a equidade de género e o HIV/SIDA são assuntos transversais ao Programa de Desenvolvimento Municipal.